

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**18VARCVBSB**  
18ª Vara Cível de Brasília

Número do processo: 0709798-32.2024.8.07.0001

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: KIM PATROCA KATAGUIRI

REU: RUI COSTA PIMENTA

### SENTENÇA

Trata-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO pelo procedimento comum civil proposta por KIM PATROCA KATAGUIRI em desfavor de RUI COSTA PIMENTA, ambas partes devidamente qualificadas.

Na inicial de ID 190071019, o autor narrou que ingressou com a ação popular nº 1008440-45.2024.4.01.3400, no Poder Judiciário Federal, contra o Presidente da República Federativa do Brasil, o Ministro das Relações Exteriores e a União Federal, para pedir a nulidade do ato administrativo que permitiu o repasse de recursos para a Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo, sob o fundamento de que os Recursos tem sido desviados da finalidade da agência para financiamento do Hamas.

O autor também relatou que o réu, em transmissão ao vivo nas redes sociais (18/02/2024), afirmou que o autor, ao ingressar com aquela ação popular, estava tentando vedar a transferência de recurso para o povo da palestina a fim de matá-los de fome por escassez de mantimento, agindo, pois, com dolo de genocídio contra essa população, de modo a ser com um nazista.

Ainda contou o autor que tais declarações do réu são falsas e tão reprováveis que podem diminuir sua boa reputação perante os eleitores.

Diante disso, pugnou pela citação do réu e condenação ao pagamento de danos morais de R\$ 30.000,00.

Atribuiu a causa o valor de R\$ 30.000,00.

Com a inicial, juntou os documentos de ID 190071020 a ID 190071023.

Determinada a emenda à inicial (ID 190128982), emendou ela (ID 190570862) com o documento de ID 190570863.

Citado (ID 211248408), o réu contrapôs contestação de ID 213675422, mediante a qual reivindicou, em preliminar, pela extinção da ação por perda do interesse-necessidade-utilidade de agir em razão de perda



superveniente do objeto originária de exclusão do vídeo das redes sociais e inexistência de pedido de resposta ou retificação negado.

No mérito, sustentou que a ação popular proposta pelo autor não se trata de uma tentativa de salvaguardar os recursos públicos da União ou qualquer outra preocupação legal.

Arguiu que não existem provas de onde o vídeo foi publicado.

Com a defesa, protocolou os documentos de ID 213675424 a ID 213675426.

Réplica de ID 206298310.

Permitida a especificação de provas a produzir (ID 214667789), o autor requereu o julgamento antecipado da lide (ID 215241517) e juntou o documento de ID 215241518 e o réu deixou transcorrer seu prazo sem manifestação.

Autorizada a abertura de prazo para o réu se manifestar sobre o documento juntado pelo autor (ID 216273380), o réu peticionou o desentranhamento do documento desta autos (ID 219471589) e anexou o documento de ID 219471591.

Após, vieram os autos conclusos para sentença.

**É o relatório. DECIDO**

Passo à análise da preliminar.

#### **PRELIMINAR DA CAUSA DO PEDIDO FALTA DE INTERESSE-NECESSIDADE-UTILIDADE DE AGIR POR**

Quanto ao pedido de falta de interesse-necessidade-utilidade de agir por perda superveniente do objeto da ação, o objeto da ação (a saber: a causa de pedir remota relativa ao dano moral causado pelo vídeo) não desaparece, mesmo após a exclusão do vídeo. É que a reparação moral não depende da permanência do ato danoso, mas sim do dano causado à vítima, ou seja: a reparação dos danos morais persiste mesmo que o ato (como a publicação do vídeo) tenha sido cessado ou removido.

Em relação ao pedido de falta de interesse-necessidade-utilidade de agir por ausência de pedido de exercício de direito de resposta, a Lei nº 13.188/2015 estabelece que o direito de resposta se aplica apenas a casos envolvendo veículos de comunicação, de modo que não se aplica ao réu-pessoa física.

Além disso, a reparação por danos morais pode ser buscada independentemente do direito de resposta, como é o caso da presente ação.

Neste sentido, está a jurisprudência desta Corte Distrital:

*“[...] APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE INEXISTÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. MÉRITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIVULGAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA. OFENSA À IMAGEM. OCORRÊNCIA.*



*LIBERDADE DE IMPRENSA. DESÍDIA DO DEVER DE CUIDADO NA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. DIREITO DE RESPOSTA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO EXCLUSÃO. SENTENÇA MANTIDA.*

*[...] 1.1. Ademais, "4. Compete à vítima da ofensa ou da informação falsa a faculdade de requerer ou não direito de resposta, não sendo esta conduta condicionante para o exercício de eventual ação de reparação de danos. Inteligência do art. 12, §1º, da Lei 13.188/2015." (Acórdão 1667190, 07053497020208070001, Relator: GISLENE PINHEIRO, 7ª Turma Cível, data de julgamento: 1/3/2023, publicado no DJE: 9/3/2023. Pág.: Sem Página Cadastrada.). [...]. (Acórdão 1885010, 0721362-42.2023.8.07.0001, Relator(a): MARIA IVATÔNIA, 5ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 27/06/2024, publicado no DJe: 16/07/2024.)*

Logo, rejeito tal preliminar de perda de interesse de agir.

Ultrapassas as preliminares ventiladas, passo a análise do mérito da ação.

## **MÉRITO**

### **RESPONSABILIDADE CIVIL AQUILIANA POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DE ABUSO DE DIREITO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

A parte autora pretende a condenação da parte ré em danos morais no valor de R\$ 30.000,00, por difamação ou calúnia, enquanto o réu quer o julgamento improcedente sob inexistência de ofensa à honra do autor.

*Ab initio* há que se observar que a liberdade de expressão, prevista no artigo 5º, IX, da Constituição Federal franqueia a todos o direito à livre manifestação intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; contudo, também é de conhecimento notório que o direito de expressão não é absoluto e deve ser exercido em respeito à dignidade alheia, para que não resulte em prejuízo à honra, à imagem e ao direito de intimidade das pessoas.

Assim como já há muito se se exalta, os direitos fundamentais não são absolutos, de modo que inexistente prevalência de um sobre o outro, conquanto possam ostentar diferentes cargas axiológicas. Em sendo os direitos fundamentais normas de caráter principiológico, estes são comumente conflitantes, em especial, em sua aplicação casuística, como no caso em comento.

Diante deste quadro, a fim de se concretizar a solução da contenda, há que se utilizar do princípio da concordância prática ou da harmonização, o qual estabelece que, em uma eventual colisão de princípios ou bens jurídicos, o aplicador do direito deverá sopesá-los, harmonizando-os, sem que a aplicação de um resulte no desaparecimento do outro.

No âmbito da jurisprudência, o Supremo Tribunal Federal destacou, na ADPF 130, que a "plena" liberdade de imprensa é uma categoria jurídica que proíbe qualquer tipo de censura prévia, reforçando as



liberdades de manifestação do pensamento, de informação e de expressão artística, científica, intelectual e comunicacional, que são consideradas superiores bens de personalidade e emanam do princípio da dignidade da pessoa humana.

Ademais, em 07/03/2024, no RE 1075412, o Tribunal Pleno do STF formalizou a interpretação vinculante sobre a relação entre o direito à liberdade de expressão do pensamento previsto na CF/88, artigo 5, IV, e o direito à responsabilidade por danos, materiais, morais ou à imagem, constante na CF/88, artigo 5, V, neste sentido:

*“1. A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia. Admite-se a possibilidade posterior de análise e responsabilização, inclusive com remoção de conteúdo, por informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais. Isso porque os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas.*

Decerto, a veiculação de reportagem que ultrapasse os limites da divulgação da informação, da expressão de opinião e da livre discussão dos fatos, em violação à honra e à integridade moral de pessoas, deve ser passível de reparação de ordem moral.

A responsabilidade civil, nestes casos, advém do abuso perpetrado contra os direitos de personalidade (honra, imagem e vida privada) da vítima, uma vez que a atividade jornalística, mesmo que seja livre para informar, não é absoluta, devendo ser responsabilizada quando importar em excessos.

Todavia, quando a reportagem possui conteúdo meramente informativo, com o escopo de esclarecer o público a respeito de assunto de interesse geral, sem enveredar na vida privada do cidadão, ou seja, quando há apenas o "animus narrandi", não há falar em dano, culpa ou dolo, ainda que a matéria objeto da reportagem contrarie os interesses da pessoa ali referida.

O art. 186 do Código Civil prevê que aquele que por ação ou omissão voluntária violar direito de outrem e causar-lhe dano, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes, consoante preceitua o artigo 187.

O art. 927 do mesmo diploma normativo disciplina a responsabilidade pela reparação do dano sofrido por sujeito vítima de ato ilícito.

A responsabilidade subjetiva se faz presente quando preenchidos seus requisitos, quais sejam conduta (ação/omissão), dano, culpa e liame causal.

Quando se está diante do abuso de direito, verifica-se a responsabilidade de cunho objetivo, a qual demanda apenas conduta (ação/omissão), dano e liame causal. Aqui não se afere se houve culpa em sentido lato do suposto causador do dano.

Ademais, são civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação (Enunciado 221 da Súmula do C. Superior Tribunal de Justiça).

Outrossim, não caracteriza censura prévia a condenação em responsabilidade civil por danos de opinião falsa.



Pois bem. No caso em apreço, observo presentes os elementos dano, conduta culposa por parte do réu e o nexa causal.

Em relação à conduta imputada ao réu, ela ocorreu.

A causa de pedir remota está na prova documental em formato de vídeo de ID 190570863 de natureza de jornalística-opinativa, por meio da qual o réu declarou em relação ao autor o seguinte:

*"[...] Aí o presidente Lula, que estava, está em viagem, esteve no Egito, participou da cúpula de países africanos, falou, declarou no Egito que ele iria dar dinheiro para essa agência de socorro dos palestinos. Aí esse... esse palhaço desse Kim Kataguiri entrou com processo para proibir o Lula de dar dinheiro para a agência. Quer dizer, a política do... do... dos cristãos, dos patriotas, aí é matar o povo de fome.*

*Depois a gente fala que isso aí é nazismo. Cara fala: como assim nazismo? É, o nazismo era isso: matava o povo de fome, colocava no campo de concentração e matava de fome. Isso daqui tem que ter uma resposta da esquerda. Infelizmente a esquerda está em estado de coma, só acorda quando entram na delegacia. Então a esquerda precisa acordar esquerda fora da delegacia porque precisaria ter uma resposta.*

*Essa palhaçada desse delinquente político que é esse Kim Kataguiri precisaria ter uma resposta, inclusive contundente. Porque esse cidadão, ele é... ele não é... Já nessa altura ele já não é cúmplice do genocídio, ele já entra como agente do genocídio. Porque se você quer cortar o dinheiro das pessoas que estão morrendo de fome para os feridos, você já está praticando o genocídio.*

*O PCO está sendo investigado. Daí porque nós falamos que... que nós defendemos o Hamas, então isso aí seria apologia ao crime. Agora, o processo do Kim Kataguiri já não é apologia ao crime, é crime e ele mesmo é um crime, é crime de genocídio.*

*Ele quer matar. Os norte americanos não dão dinheiro, os ingleses não dão dinheiro, a Europa não dá dinheiro para alimentar o pessoal que está lá, Israel não deixa entrar.*

*Ele, quando um país como o Brasil fala: eu vou dar dinheiro para o pessoal, aparece aqui o nazistinha de plantão e fala: não tem que dar dinheiro, vou entrar com processo para não dar dinheiro, que é para matar o povo de fome. Isso não é crime. [...]."*

Conforme interpretação literal do texto verbal do réu transcrito acima, está evidente que o réu expressou pensamento opinativo pela qual acusou o autor como “palhaço”, “genocida” e “nazistinha”, sob o fundamento de que a finalidade do autor, ao propor a ação popular, era proibir a entrega de ajuda humanitária aos palestinos para matá-los de fome, o que caracterizaria genocídio e nazismo.

Não obstante, na própria contestação de ID 213675422, às fls. 11 e 12, o réu citou a ação popular autuada sob número 1008440-45.2024.4.01.3400 proposta por Kim contra o Presidente e seu Ministro das Relações Exteriores. O próprio texto da petição inicial prova que a finalidade do autor era evitar o repasse de recursos a grupo terrorista e não proibir a entrega de ajuda humanitária aos palestinos para matá-los de fome, como sustentado pelo réu.

Outrossim, em sua petição de ID 219471589, às fls. 6 e 7, o réu apresentou o comunicado do Tribunal Penal Internacional (TPI) a imprensa (ID 219471589 e disponível no link <https://www.icc-cpi.int/news/situation-state-palestine-icc-pre-trial-chamber-i-rejects-state-israels-challenges>), com o seguinte teor:



*"[...] Com relação aos crimes, a Câmara encontrou motivos razoáveis para acreditar que o Sr. Netanyahu, nascido em 21 de outubro de 1949, Primeiro-Ministro de Israel na época da conduta relevante, e o Sr. Gallant, nascido em 8 de novembro de 1958, Ministro da Defesa de Israel na época da suposta conduta, têm responsabilidade criminal pelos seguintes crimes como coautores por cometerem os atos em conjunto com outros: o crime de guerra de fome como método de guerra; e os crimes contra a humanidade de assassinato, perseguição e outros atos desumanos.*

[...]

#### **Supostos crimes**

[...]

*A Câmara considerou que há motivos razoáveis para acreditar que ambos os indivíduos intencionalmente e conscientemente privaram a população civil em Gaza de objetos indispensáveis à sua sobrevivência, incluindo alimentos, água, remédios e suprimentos médicos, bem como combustível e eletricidade, de pelo menos 8 de outubro de 2023 a 20 de maio de 2024. Esta descoberta é baseada no papel do Sr. Netanyahu e do Sr. Gallant em impedir a ajuda humanitária em violação ao direito internacional humanitário e sua falha em facilitar o socorro por todos os meios à sua disposição. A Câmara concluiu que sua conduta levou à interrupção da capacidade das organizações humanitárias de fornecer alimentos e outros bens essenciais à população necessitada em Gaza. As restrições mencionadas, juntamente com o corte de eletricidade e a redução do fornecimento de combustível, também tiveram um impacto severo na disponibilidade de água em Gaza e na capacidade dos hospitais de fornecer cuidados médicos. [...]."*

Embora a Câmara do TPI tenha feito um juízo de admissibilidade da denúncia contra o Primeiro-Ministro de Israel e Ministro da Defesa de Israel - por obstrução de envio de ajuda humanitária para Palestina ou Gaza -, essa decisão não prova que a finalidade do autor, ao propor a ação popular, era a vedação do envio de ajuda humanitária aos palestinos para matá-los de fome (dolo de genocídio).

Portanto, não se demonstrou verídica a acusação de “palhaço”, “genocida” e “nazista” do réu contra o autor.

Quanto ao dano, a declaração do réu tem sim capacidade de ofender a honra do autor.

No tocante a publicação ou não do vídeo nas redes sociais, de um lado, na petição inicial de ID 190071019 às fls. 2, o autor afirmou que este vídeo foi veiculado mediante transmissão ao vivo no Youtube em 18/02/2024; por outro, na sua defesa, às fls 15, o réu negou existir provas da origem da publicação do vídeo.

Apesar dessa alegação do réu, não haveria como o autor ter tido acesso ao vídeo, produzido pelo réu e protocolado nestes autos, se este não tivesse sido publicado em alguma mídia social.

Instado a especificar provas, na petição de ID 215241517, o autor produziu a prova documental de ID 215241518, que consiste em artigo jornalístico – texto eminentemente opinativo em vez de informativo – publicado em página do site “<https://causaoperaria.org.br>”, em 19/10/2024, pelo qual, às fls. 2, o réu confessa que o vídeo foi veiculado [nas redes sociais] em sua tradicional Análise Política da Semana ao sábado, o que se mostra verossímil a data de 18/02/2024 – domingo – apresentado pelo autor na sua inicial:



*Kataguirí decidiu, desta vez, processar o presidente nacional do PCO, Rui Costa Pimenta, por ter, em uma edição de sua tradicional Análise Política da Semana, veiculada todos os sábados, comparado a política do deputado de extrema direita ao nazismo.*

Na petição de ID 219471589, às fls 4, o réu negou sua responsabilidade quanto à edição e publicação do texto no site.

No entanto, é fato notório que o sr. Rui Costa integra as lideranças do Partido da Causa Operária (PCO). Assim, o poder gerência sobre as publicações também recai sobre o réu. Ademais, o vídeo não deixa dúvida de que o autor sabia que estava em “live” no youtube e que suas palavras foram dirigidas a milhares de pessoas.

No que se refere à capacidade mal afamatória, na petição inicial de ID as fls o autor alega que as acusações do réu ao autor como genocida e nazista e palhaço são capazes de ofender sua honra perante a sociedade; já, em sua contestação de ID 213675422 as fls. 21, o réu sustenta que tais acusações, a despeito de serem críticas ou adjetivos “ácidos”, contundentes e incômodas, não é uma expressão ofensiva.

A respeito disso, ao contrário da declaração do réu, entendo, conforme interpretação sociológica do sistema jurídico brasileiro, que o genocídio e o nazismo são considerados tão reprováveis moralmente pela sociedade brasileira que os representantes do povo entenderam não ser suficiente punir civilmente o genocida e o nazista de modo que resolveram puni-los penalmente – punição mais gravosa do sistema jurídico pátrio -, ao tipificar a conduta de genocídio como crime na Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956 e a conduta de nazismo como crime na lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, de tal forma que a expressão do pensamento pela opinião pela qual alguém acusa outrem de genocida e de nazista perante a sociedade brasileira pode mal afama-lo perante esta sociedade, especialmente se a opinião convence-la ou persuadi-la de que é verdadeira, a despeito da inexistência de provas ou da falsidade dela.

Portanto, reconheço que o réu cometeu ato ilícito consistente em abuso do direito à liberdade de expressão, ao exceder seus limites impostos pelo seu fim econômico, social, pela boa-fé e pelos bons costumes, nos termos do CC/02, artigo 187, caput.

Configurado o dano moral, necessário o arbitramento do quanto indenizatório, ponderando a condição financeira da autora e capacidade econômica daquela, da repercussão do fato, do intuito repressor e educativo do instituto, do caráter de não enriquecimento sem causa, sempre tendo em conta a razoabilidade e proporcionalidade.

Dessarte, analisando toda a situação posta em debate, em consonância com as provas dos autos, entendo ser devida como reparação a título de danos morais a quantia de R\$ 10.000,00, considerando a extensão do dano (honra objetiva do ofendido), o grau de culpa das partes (culpa exclusiva do ofensor), a situação econômica do ofensor (renda mensal de jornalista), situação econômica do ofendido (deputado federal), consoante critérios de arbitramento definido pelo STJ (AgInt no REsp n. 1.517.591/MG), e as funções punitiva (punir o ato ilícito de abuso do direito à liberdade expressão de pensamento para emissão de declaração falsa), pedagógicas (ensinar a analisar devidamente os fatos antes de veicula-los ao público) e reparatória da indenização (reparar o dano imaterial à honra), de acordo com a tríplice função do dano moral interpretado pelo STF (AI 455846).

A despeito da condenação em danos morais em quantia inferior ao pleiteado na exordial, deixou de condenar em sucumbência recíproca, com base na súmula 326 do STJ.

## **- DISPOSITIVO**



Forte nessas razões, nos termos do art. 487, I, do CPC, resolvo o mérito e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para CONDENAR o réu a pagar à autora o importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais, devidamente corrigido e acrescido de juros legais a contar do arbitramento.

Diante do contido no En. 326 da súmula do c. STJ, condeno o réu a arcar com as custas e honorários, que arbitro em 10% do valor da condenação, na forma do art. 85, §2º, do CPC.

Transitada em julgado e não havendo requerimentos, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Publique-se. Intimem-se. Sentença registrada eletronicamente.

**TATIANA DIAS DA SILVA MEDINA**

**Juíza de Direito**

*\* documento datado e assinado eletronicamente*

